

---

**AValiação DO FUNCIONAMENTO DAS SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS EM  
ESCOLAS MUNICIPAIS NO MUNICÍPIO DE ALTA FLORESTA, MT**SILVA, Vanessa Galvani<sup>1</sup>**RESUMO**

Atualmente é possível observar no município de Alta Floresta os avanços para inclusão dos alunos com necessidades especiais no ensino regular, portanto, se faz necessário saber como esta se dando o acompanhamento especializado de modo que se amplie a experiência profissional dos professores para que a inclusão se torne uma efetiva realidade na vida escolar desses alunos. Deste modo, este estudo objetivou em avaliar o processo de implantação e funcionamento das salas de recursos multifuncionais de duas escolas públicas no município de Alta Floresta – MT. A pesquisa foi realizada na Escola Municipal Vicente Francisco da Silva e na Escola Municipal Geny Silvério Delarincy, no Município de Alta Floresta- MT. Para avaliação do funcionamento da sala de recursos foi realizada uma entrevista semiestruturada com os professores da sala de recursos e do ensino regular para avaliar e caracterizar o funcionamento desta sala e como está sendo ofertado o atendimento educacional especializado. Os dados revelaram que o município tem se esforçado para tentar responder, de forma satisfatória, a atual política de inclusão escolar. Os professores da sala de recursos tem demonstrado compromisso com a questão da aprendizagem dos alunos dessas salas, em atuar de forma colaborativa junto aos professores da classe comum para a definição de estratégias pedagógicas que favoreçam o acesso ao currículo para os alunos que atendem. Nesse sentido, o trabalho sério e comprometido dos professores especialistas dessas salas é fundamental não apenas para contribuir com a aprendizagem efetiva dos alunos, mas também para dar credibilidade ao próprio trabalho desses professores e dessas salas.

**Palavras-chave:** Aluno. Educação. Inclusão.

**1 INTRODUÇÃO**

---

<sup>1</sup>Licenciada em Pedagogia pela FAF no campus de Alta Floresta. E-mail: <galvani\_6@hotmail.com>

O movimento de abertura das escolas regulares aos alunos com necessidades educativas especiais exige uma série de mudanças não apenas para viabilizar o acesso dos mesmos, como também, garantir sua permanência no ensino comum. Atualmente, observa-se a existência de projetos políticos-pedagógicos locais comprometidos com a construção de uma escola para todos os alunos que a ela chegam. Entretanto, mesmo nesses locais com propostas consideradas inovadoras, a inclusão tem gerado forte debate e se depara com obstáculos como a falta de formação dos professores em geral em relação ao trabalho junto aos alunos com necessidades educativas especiais e insuficiente apoio específico para a adequação do sistema educacional frente às novas demandas que surgem a partir dessa perspectiva. (TEZZARI, 2002).

Atualmente a realidade do ensino trabalha com conceitos de inclusão escolar, para que os alunos com necessidades educacionais especiais possam adquirir capacidade de acompanhar as aulas voltando para as classes de ensino regular e obterem o direito do Atendimento Educacional Especializado (AEE) complementar ou suplementar. Neste contexto é possível observar no município de Alta Floresta os avanços para inclusão desses alunos no ensino regular, portanto, se faz necessário saber como esta se dando o acompanhamento especializado de modo que se amplie a experiência profissional dos educadores para que a inclusão se torne uma efetiva realidade na vida escolar desses alunos. É importante, também, saber se a sala de recursos multifuncional é um dos principais serviços de apoio especializado necessário para viabilização da educação inclusiva, e se esta sala é um importante instrumento de apoio aos alunos e aos professores.

Deste modo, este trabalho poderá servir como parâmetros e base de discussão para que o processo seja realizado nas escolas, desse mesmo município, e de outros municípios que ainda não tenham efetivado a educação inclusiva desses alunos e nem tenham, ainda, AEE complementar ou suplementar, por meio da sala de recursos multifuncional. De acordo com os fatos citados acima, esta pesquisa foi motivada pela percepção da importância da Sala de Recursos Multifuncionais (SRMs) no contexto escolar para efetivação da educação inclusiva e pela necessidade de uma educação de qualidade para todos nas escolas públicas do município de Alta Floresta, e por acreditar que um bom funcionamento da sala de recursos seja o grande desejo de muitos educadores que estão trabalhando com o novo desafio da inclusão escolar.

Sendo assim, o objetivo do trabalho foi avaliar o processo legal e institucional de implantação e funcionamento das salas de recursos multifuncional de duas escolas municipais, no município de Alta Floresta-MT, e se essas ações estão se dando de modo a que se efetive a educação inclusiva dos alunos com necessidades especiais no ensino regular e com a mesma qualidade para todos.

O presente estudo foi realizado nas Escolas Municipais Vicente Francisco da Silva e Escola Geny Silvério Delarincy, no Município de Alta Floresta. A escola Municipal Vicente Francisco, atende a educação infantil e ensino fundamental e Atendimento Educacional Especializado (Sala de Recursos Multifuncional) nos períodos matutino e vespertino, com total de 27 servidores 13 alunos do AEE e 325 alunos do ensino regular.

A Escola Municipal Geny Silverio Delarincy, atende a educação infantil e ensino fundamental e Atendimento Educacional Especializado (Sala de Recursos Multifuncional) nos períodos matutino e vespertino, com total de 40 servidores, 20 alunos do Atendimento Educacional Especializado e 425 alunos do ensino regular.

No primeiro momento foi realizado um levantamento bibliográfico em busca de maior clareza sobre o tema proposto. No segundo momento foi realizada uma sondagem no ambiente escolar, buscando interação entre o pesquisador e a comunidade escolar, para contemplar de forma mais efetiva as informações que atendeu o objetivo do nosso objeto de estudo.

Também foram analisados, através de uma leitura crítica, alguns documentos tais como: Plano de trabalho anual e Projeto Político Pedagógico das escolas investigadas, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, roteiro para o plano de atendimento educacional especializado, Legislação e normas educacionais que asseguram a inclusão educacional, que servirá como fonte de consultas contribuindo para a obtenção de maiores conhecimentos a respeito da atuação dos professores na realização de suas atividades junto as escola.

Cada escola desenvolveu sua proposta pedagógica pautada nas concepções educativas do seu coletivo tendo a seleção dos conteúdos orientada pela Diretriz Curricular Municipal (DCM) de Educação Infantil e Ensino Fundamental, documento elaborado pelos educadores da rede em 2007 e em constante processo de atualização. A organização o trabalho pedagógico da escola é realizada de maneira coletiva e participativa atendendo as

especificidades, potencialidades, saberes, limites e as possibilidades dos estudantes para uma formação voltada para a cidadania, a autonomia e a liberdade de maneira positiva de modo a se construir a sociedade desejada por todos. A forma como a escola percebe e concebe as necessidades e potencialidade de seus estudantes esta diretamente ligada na organização do trabalho escolar realizados por todos profissionais da educação.

Para a realização da avaliação do funcionamento das salas de recursos multifuncional das escolas investigadas, foi utilizada uma pesquisa descritiva e de natureza qualitativa. Os questionários semiestruturados foram aplicados aos professores da Sala de recursos multifuncional e do Ensino Regular de ambas as escolas investigadas.

Através das entrevistas foi possível verificar o processo de implantação da sala de recursos e conhecer a opinião dos participantes sobre a inclusão escolar, a importância da sala de recurso, equipamentos e materiais necessários para o atendimento dos alunos com necessidades educacionais especializadas, como é realizado o apoio ao aluno com necessidades educacionais especiais e observar se este atendimento está ocorrendo de modo a atender as necessidades dos alunos.

Após a coleta de dados foi realizado a sistematização dos mesmos estabelecendo relações pertinentes e necessárias para a análise crítica e discussão dessa relação, com base em teorias pertinentes. As análises dos dados obtidos através das entrevista deu-se em três etapas básicas: I) pré-análise (etapa em que se processou a organização do material: os dados necessários à concretização do estudo); II) descrição analítica, (etapa que apresentou as informações existentes no material através de análise aprofundada); e, finalmente, a III) interpretação referencial que foi um grande momento do aprofundamento da análise, à luz do referencial teórico.

## **2 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

### **2.1 Implantação das salas de recursos multifuncionais**

Em abril de 2007, foi publicado o Edital nº 01 do “Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais” (SRMs) visando selecionar projetos de Estados e Municípios que contemplassem a organização de espaços com recursos necessários ao atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos, para distribuição de equipamentos e materiais didáticos para implantação de salas de recursos multifuncionais nas escolas de educação básica da rede pública de ensino. (BRASIL, 2007a). É estabelecido nesse edital que:

[...] a organização da oferta do atendimento educacional especializado, complementar ou suplementar à escolarização, é indispensável para que os alunos com deficiência e/ou com altas habilidades/superdotação tenham igualdade de oportunidades por meio de acesso ao currículo e do reconhecimento das diferenças no processo educacional (BRASIL, 2007a, p. 01).

Esse Programa foi criado para atender à demanda das escolas que possuíam em seu quadro de alunos matrículas de pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação, disponibilizando as salas de recursos multifuncionais, Tipo I (100 salas) e Tipo II (400 salas). Para tanto, seria necessário que o gestor do Município, do Estado ou do Distrito Federal garantisse o espaço físico para a sua implantação, bem como professores para o AEE, além de formação continuada para os mesmos, visando ao uso das tecnologias e materiais e ainda, a proposta deve conter um Plano de Ação Pedagógica e outros compromissos.

Diante disto, a Educação Especial no município de Alta Floresta foi regulamentada pela Resolução n. 008/09 – CME/AF. Essa modalidade da educação escolar é entendida, conforme o Art. 1º, como um processo educacional definido por um projeto pedagógico que assegura recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar de acordo com o diagnóstico especializado de modo a garantir a educação escolar em todas as etapas e modalidades da Educação Básica, bem como promover o desenvolvimento das potencialidades aos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais.

Os objetivos da Educação Especial são os mesmos da Educação Básica, com a utilização de metodologia específica, alternativa de atendimento diferenciado e recursos humanos especializados. Pauta-se nos princípios éticos, políticos e estéticos que fundamentam a

educação das pessoas, de modo a assegurar aos que apresentem necessidades educacionais especiais: preservação da dignidade humana, busca da identidade e exercício da cidadania.

As escolas estudadas direcionam-se para a construção de uma educação inclusiva, cidadãs, solidárias e de qualidade social para todos os estudantes, assumindo o compromisso com as formas de ensinar, avaliar, organizar e desenvolver o currículo trabalhado como conhecimento de modo a respeitar as singularidades do desenvolvimento humano. Cada unidade escolar apresenta cultura própria permeada por valores, expectativas, costumes, tradições, condições historicamente construídas a partir das contribuições individuais e coletivas.

Deste modo, na escola municipal Geny Silvério Delarincuy, a sala de recursos foi implantada no ano de 2009, atendendo 11 (onze) alunos; 2010, 11 (onze) alunos; 2011, 11 (onze) alunos; 2012, 12 (doze) alunos; 2013, 23 (vinte e três) alunos, 2014, 18 (dezoito) alunos e 2015, 22 (vinte e dois) alunos.

Na Escola Municipal Vicente Francisco da Silva, a sala de recurso foi implantada no ano de 2011 atendendo 16 (dezesesseis) alunos; 2012, 11 (onze) alunos; 2013, 14 (quatorze) alunos, 2014, 15 (quinze) alunos e 2015, 14 (quatorze) alunos.

Ambas escolas citadas acima possuem a sala de Recursos Multifuncionais Tipo II, que são constituídas dos recursos da sala Tipo I como microcomputadores, monitores, fones de ouvido e microfones, *scanner*, impressora a *laser*, teclado e colmeia, *mouse*, e acionador de impressão, *laptop*, matérias e jogos pedagógicos, *software* para comunicação alternativa, lupas manuais e lupa eletrônica, plano inclinado, mesas, cadeiras, armários, quadro melanínico e acrescidos de outros recursos específicos para atendimento de alunos com cegueira, tais como impressora em *Braille*, máquina de datilografia *Braille*, reglete de mesa, punção, soroban, guia de assinatura, globo terrestre acessível, kit de desenho geométrico acessível, calculadora sonoro, software para produção de desenho gráficos e táteis. (BRASIL, 2010).

## 2.2 Avaliação do funcionamento das salas de recursos multifuncionais

Nesta etapa estão apresentados os resultados baseados nos relatos dos professores que atuam na sala de recursos e na sala comum, levantados nos grupos focais. Para tanto, as falas foram analisadas com a utilização de mapas de associação de ideias e sistematizadas em categorias a partir das questões temáticas que geraram as discussões. Ressalta-se que o propósito aqui é buscar, a partir da fala destes profissionais, entender a política e seu funcionamento tal qual ocorre em seus cotidianos de trabalho.

Para preservar a identidade dos participantes foram utilizadas as siglas na apresentação dos mesmos. Professor (P1G) = Professor da sala de recursos e Professor (P3G) = Professor do ensino regular da Escola - Escola Municipal Geny Silverio Delarincy. Professor (P2V) = Professor da sala de recursos e Professor (P4V) = Professor do ensino regular - Escola Vicente Francisco da Silva.

Ao serem questionados sobre o que acham da inclusão de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais no ensino regular, ambos expõem claramente suas respostas relatadas abaixo:

(P1G) Acho ótimo por compreender que todos têm direitos ao acesso a educação com as mesmas condições de igualdade. (P2V) Todos os alunos têm direito à educação de qualidade, porém, ainda existem muitos obstáculos a serem vencidos para a escola se denominar inclusiva.

Os professores destacam a importância da inserção dos alunos no mesmo ambiente com os outros eliminando as “possíveis” diferenças. Entretanto, ainda existem os obstáculos, lutas e os objetivos a serem conquistados, para a escola ser denominada totalmente inclusiva. Nota-se através do depoimento das professoras que todos tem direito a uma educação de qualidade, pois isso, que deve ocorrer a inclusão de alunos com necessidades educacionais especializada no ensino regular, porque através da sala de recurso e do atendimento oferecido irá ocorrer um avanço na vida dos alunos, e mesmo que não haja avanço no aprendizado, haverá o ganho social. No mesmo raciocínio, eles ainda destacam que na escola inclusiva os alunos são ensinados a valorizar a diferença, pela convivência com os pares, pelo exemplo dos professores, pelo ensino ministrado nas salas de aula, pelo clima sócio afetivo das relações estabelecidas em toda comunidade escolar.

Segundo a educadora Mantoam (2006), na escola inclusiva professores e alunos aprendem a respeitar as diferenças, escola comum é o ambiente mais adequado para

garantir o relacionamento entre os alunos com ou sem deficiência e de mesma idade cronológica, bem como a quebra de qualquer ação discriminatória e de todo tipo de preconceito.

Ao indagá-los se a sala de recursos é um espaço importante para a inclusão desses alunos, ambos responderam que “Sim”, pois as atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa\suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela.

O que está de acordo com Alves (2006) que define a sala de recursos como sala de recursos multifuncionais e afirma que esse espaço é onde o aluno com Atendimento Educacional Especializado recebe apoio necessário para o seu aprendizado e o suporte para participar das atividades da Escola de forma independente através da oferta de recursos apropriados às suas necessidades. A sala de recursos é um espaço muito importante para apoiar o aluno com necessidades educacionais especiais em suas necessidades adaptativas, cognitivas e emocionais no momento de sua chegada e na sua permanência no Ensino Regular.

Ao perguntar como a sala de recursos pode apoiar o aluno inserido neste espaço, os professores enfatizam que o apoio que é proporcionado aos alunos, é possível oferecer um atendimento diferenciado e personalizado a cada um deles.

(P1G) Dando apoio necessário ao aluno que se sente um tanto constrangido em alguns casos por ser diferentes dos colegas de sala e de escola. (P2V) O professor da sala de AEE, têm mais condições de trabalhar com o aluno de forma individual e pequenos grupos, podendo focar o trabalho na dificuldade da criança, para descobrir suas potencialidades e que independentemente do transtorno, trabalhamos a carência afetiva, habilidades, baixo alta estima, etc...

Segundo o depoimento dos professores o atendimento oferecido tem que ocorrer de forma individual, ou em pequenos grupos, utilizando materiais diferenciados, dando suporte ao trabalho do professor e apoio às famílias dos alunos atendidos. Conforme Mantoam (2008) a sala de recursos, através do profissional especializado, trabalhará objetivando dar ao aluno com deficiência aquilo que é específico à sua necessidade educacional e que o



auxiliará a romper as barreiras que o impedem de estar, interagir, participar, acessar espaços, relações e conhecimentos.

Em relação “ao material disponível na sala de recursos”, ambos entrevistados apontam *“que aos poucos a sala está obtendo os recursos de materiais necessários”*. Convém ressaltar, que os materiais/equipamentos disponibilizados pelo MEC, chegam as escolas aos poucos, e enquanto as mesmas não dispõem de todos equipamentos, os professores do AEE utilizam da criatividade para confeccionar outros materiais que se fazem necessários, buscando sempre atender as necessidades do aluno com necessidades educacionais especializada. Em ambas as escolas estes recursos são adquiridos gradativamente e de acordo com a necessidade dos alunos. O Programa de Implantação de salas de Recursos Multifuncionais (2008), disponibiliza uma relação dos equipamentos, mobiliários e materiais necessários ao bom funcionamento da sala de recursos.

Quando indagados sobre quais são os materiais pedagógicos utilizados na Sala de Recursos com mais frequência os pesquisados fizeram a seguinte descrição:

(P1G) Jogos e quebra cabeça, material ampliado, computador, lápis de cor, papel quadriculado. (P2V) O espelho de parede, fornecida á sala de AEE adquirida com recurso próprio da escola é usado todos os dias para a criança se conhecer aprenderem a se admirar e se valorizar. Os computadores fornecidos pelo governo (2 computadores) e um notebook, que contém programas educacionais para alfabetização de TV e TA (Transtorno Visual e Transtorno Auditivo) e jogos de raciocínio, divertimento e etc.

Os materiais utilizados na sala de recurso das escolas em estudo estão de acordo com os citados pelo autor Alves (2006) que destaca a grande variedade de materiais e recursos pedagógicos que podem ser utilizados na sala de recursos multifuncionais, dentre eles: jogos pedagógicos, que valorizam os aspectos lúdicos, a criatividade e o desenvolvimento de estratégias de lógica e pensamento, jogos adaptados para atender as necessidades educacionais especiais dos alunos, livros didáticos e paradidáticos, recursos específicos e mobiliários adaptados.

Ao questiona-los sobre quais as deficiências/Necessidades educacionais especiais apresentadas por seus alunos da Sala de Recursos, foi possível verificar as seguintes respostas:

(PG1) Eu particularmente atendo alunos com baixa visão.(PV2) Atualmente a escola conta com 12 alunos matriculados, sendo 1 autista, 2 auditivo leve, 1 hiperativo, 2 com dificuldade de fala, 1 síndrome de Engel, 1 transtorno psicológico e 4 transtorno intelectual leve.

Conforme as necessidades educacionais especializadas descritas no depoimento dos professores, observa-se que a sala de recursos é do tipo generalista e oferece atendimento educacional especializado aos estudantes com deficiência intelectual, deficiência física, deficiência múltipla e transtorno global do desenvolvimento. (MONTE E SANTOS, 2004; CARVALHO 2009; GIL et al. 2010).

Ao questiona-las se tem observado melhorias na aprendizagem do (s) aluno (s) atendidos na sala de recursos, verifica-se que ocorreram mudanças significativas na aprendizagem dos alunos, conforme descritas as respostas a seguir:

(P3G) Muitas coisas que ele não conseguia em sala, com o auxílio da sala de recurso, ele tem se desenvolvido e mudanças no comportamento. (P4V) Eles estão se dando melhor com os colegas e estão até aprendendo a ler e a escrever, tem sido bom.

Os professores consideraram existir melhorias no comportamento e desenvolvimento na leitura e escrita dos alunos após a frequência na sala de recursos, pois o professor da sala de recursos dá o suporte necessário para que as crianças com necessidades educacionais superem as dificuldades apresentadas como físicas, cognitivas ou emocionais. Segundo Alves (2006) ao frequentar a sala de recursos esses alunos que muitas vezes não tem encontrado respostas às suas necessidades educacionais especiais no sistema de ensino, são beneficiados com os recursos de acessibilidade por meio de ajudas técnicas e tecnológicas que possibilitem o seu acesso ao currículo.

Quando perguntados como são estabelecidos os contatos entre professor da sala de recurso e o professor (a) da classe comum para discutirem sobre os alunos que estão sob a responsabilidade de ambos, foi possível observar um ensino colaborativo entre ambos educadores, conforme constatado nos depoimentos a seguir:

(P1G) Durante o planejamento coletivo e sempre que for necessária, a prioridade é o aluno e a sua aprendizagem. (P2V) Todos os professores querem acertar e têm toda boa vontade com os alunos da Sala de AEE e permitem a troca de ideias durante a aula regular nos intervalos de forma

---

individual e durante o horário de planejamento coletivo quando se pretende atingir toda equipe.

Verifica-se através das falas que há um envolvimento entre os professores do ensino regular com o professor responsável pela sala de recursos, onde essa parceria possibilitou, trocas de experiências e expectativas, planejamento de atividades, adaptação de materiais que visavam à participação efetiva da criança no desenvolvimento das atividades propostas.

O professor da sala de recursos teve um papel imprescindível, pois estabeleceu um contato entre ela(e) e o professor do ensino regular. Essa maior proximidade permitiu que ambos conversassem sobre o aluno, discutissem os conteúdos que são ministrados na sala e compartilhassem experiências sobre os alunos que são atendidos na sala de recursos. Os professores destacaram que o sucesso do trabalho colaborativo depende em grande parte da colaboração de diversas pessoas, não somente do professor regular e do educador especial. A parceria de colaboração teve envolvimento da diretora da escola, da professora de Língua Portuguesa, da professora da sala de recursos, do educador especial e dos pais da criança com necessidades educacionais especiais, enfim de toda a equipe escolar que atende esse aluno. Segundo Friend e Cook (1990), algumas condições são imprescindíveis para que haja um trabalho de colaboração: os professores devem ter um objetivo em comum, ambos devem ter espaço e autonomia equivalentes quanto ao ensino e a colaboração envolve a participação de todos (professores, pais, diretoria da escola e demais funcionários), compartilhamento de responsabilidades e recursos e participação voluntária.

Dois modelos de ensino têm se mostrado muito promissores para a colaboração entre a Educação Especial e a Educação Regular: a consultoria colaborativa e o ensino colaborativo. A consultoria colaborativa consiste do suporte de profissionais especialistas na escola. (MENDES, 2006). Já o ensino colaborativo, é uma parceria entre os professores de Educação Regular e os professores de Educação Especial (MENDES, 2006), onde ambos trabalham juntos compartilhando objetivos, expectativas e frustrações.

No que se refere ao estabelecimento dos contatos entre professor do ensino regular e o professor (a) da Sala de Recursos para discutirem sobre os alunos que estão sob a responsabilidade de ambos, as professoras expressam que há um ensino colaborativo entre os educadores, conforme se observa abaixo:

(P3G) Temos trocados informações sobre o planejamento às atividades a serem desenvolvida. Por ele ser nervoso e impulsivo, eles tem me auxiliado muito, mesmo em horário de aula.(P4V) Ótima, a professora da sala de recursos trabalha muito bem até onde ela tem condições de ir.

Através do relato dos professores é lícito afirmar que está ocorrendo troca de experiência, proporcionando resultados positivos sobre a colaboração entre a Educação especial e a Educação Regular. Convém salientar a importância de uma mudança de modelos educacionais e buscar modelos de colaboração entre os profissionais de educação, informações sobre as diversas formas de aprendizagens e modelos educacionais onde os pais possam participar de forma mais ativa das decisões da escola relacionadas à educação de seus filhos. Para Mendes (2006), o ensino colaborativo pode ser definido como um modelo de prestação de serviços de Educação Especial, no qual um educador comum e um educador especial dividem a responsabilidade de planejar, instruir e avaliar a instrução um grupo heterogêneo de estudantes.

É possível observar segundo as fala dos professores um ensino colaborativo, pois os profissionais envolvidos neste processo trabalharam em parceria. Além disso, este modelo de colaboração entre os professores deste estudo possibilitou um contato mais próximo entre ambos e troca de experiências, e ações que beneficiaram os alunos com necessidades educacionais especializadas. Dessa forma, pode-se perceber que é recomendável a criação de espaços efetivos para trocas entre os profissionais, inclusive, dentro da sala de aula comum.

### **3 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Através dos resultados deste estudo, percebe-se uma vontade política do Município de Alta Floresta em garantir a escolarização de crianças com necessidades educacionais especiais nas escolas estudadas. Diante disto, a

Educação Especial no município de Alta Floresta foi regulamentada pela Resolução n. 008/09 – CME/AF. Essa modalidade da educação escolar é entendida, conforme o Art. 1º, como um processo educacional definido por um projeto pedagógico que assegura recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar de acordo com o diagnóstico especializado de modo a garantir a educação escolar em todas as etapas e modalidades da Educação Básica, bem como promover o desenvolvimento das potencialidades aos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais.

Em relação aos trabalhos desenvolvidos nas SRMs e a função do AEE de ambas escolas avaliadas, é válido afirmar que são complementares às atividades da sala de aula e não são confundidos com reforço, pois os professores estão trabalhando outras habilidades que vão além do saber acadêmico.

Os professores destacaram a importância da educação inclusiva apontando-a como um direito do aluno, pois o insere no mesmo ambiente com os outros eliminando as “possíveis” diferenças. Entretanto, existem os obstáculos, lutas e os objetivos a serem conquistados, para a escola ser denominada totalmente inclusiva.

Para desenvolver as atividades juntamente com os alunos os professores do AEE das escolas pesquisadas, têm acesso ao planejamento e fazem uso de jogos e de outros materiais existentes nas SRMs. Além disso, o tempo dos professores das SRMs destinado para ficar com os alunos é maior, e o atendimento é realizado individualmente ou em pequenos grupos, o que favorece o desenvolvimento de estudos de caso, ou seja, levantamento das necessidades de aprendizagem do aluno.

É possível observar segundo as falas dos professores, o desenvolvimento de uma política inclusiva nas escolas estudadas, marcadas pela responsabilidade e acolhimento a todos os alunos que participam do processo educacional escolar, bem como a promoção das condições que permitam responder às necessidades educacionais especiais para a

aprendizagem dos alunos; criação de espaços dialógicos entre os professores para troca de experiências; criação de vínculos mais estreitos com as famílias, levando-as a participação dos processos decisórios em relação à Instituição e aos seus filhos.

Sugere-se que estudos futuros sejam feitos em outras realidades e que as SRMs sejam descritas por outros atores, como os professores da sala de recursos e de classes comuns, os próprios alunos, suas famílias, gestores, entre outros. E ao concluir este estudo, espera-se ter contribuído para iluminar alguns caminhos que ainda precisam ser percorridos para melhorar a escolarização de estudantes com necessidades educacionais especiais na classe comum.

#### **ASSESSMENT OF THE OPERATION OF RESOURCES MULTIFUNCTIONAL HALLS IN MUNICIPAL SCHOOLS IN FOREST HIGH COUNTY, MT**

##### **ABSTRACT**

At present, it is possible to observe in the municipality of Alta Floresta the advances for the inclusion of students with special needs in regular education, therefore, it is necessary to know how the specialized support is being given so that the professional experience of the teachers is expanded so that the inclusion An effective reality in the school life of these students. This study aimed to evaluate the implementation process and operation of multi-functional resource rooms in two public schools in the municipality of Alta Floresta - MT. The survey was conducted at the Municipal School Vicente Francisco da Silva and the Municipal School Geny Silverio Delarincy in the municipality of Alta Floresta- MT. A semi-structured interview with the teachers resource room and regular education to assess and characterize the operation of this room and how it is being offered the specialized educational services to evaluate the operation of the resource room was performed. The data revealed that the city has been struggling to try to answer satisfactorily, the current school inclusion policy. Teachers resource room has demonstrated commitment to the issue of student learning of these rooms, in working collaboratively with the regular classroom teachers to define educational strategies that promote access to curriculum for students attending. In this sense, serious and committed work of specialist teachers of these rooms is essential not only to contribute to effective student learning, but also to give credibility to their work these teachers and these rooms.

**Keywords:** Student. Education. Inclusion.

##### **REFERÊNCIAS**

ALVES, D. **Sala de recursos multifuncionais**. Espaço para o atendimento educacional especializado. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de educação especial, 2006.

---

BRASIL. Ministério da Educação. Edital n. 01, de 26 de abril de 2007 a. Programa de Implantação das Salas de Recursos Multifuncionais. **Secretaria de Educação Especial**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6215.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6215.htm)>. Acesso em: 25 maio. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **A Educação especial na perspectiva da inclusão escolar, a escola inclusiva**. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2010.

CARVALHO, R. Inclusão e escolarização de alunos autistas. **Pedagogia em Ação**, v. 1, n. 1, 2009, p.111-114.

FRIEND, M.; COOK, L. Collaboration as a predictor for success in school reform. **Journal of Educational and Psychological Consultation**, New York, v. 1, n.1, p. 69-86, 1990.

GIL, I. L. C.; SANTOS, P. F.; BARBATO, S. Capítulo 13: O aluno com deficiência física na escola. In: MACIEL, Diva Albuquerque; BARBATO, Silvine. **Desenvolvimento humano, educação e inclusão escolar**. Brasília, ed. UnB, 2010, p. 259-268.

MANTOAM, M. T. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** 2 ed. São Paulo: Moderna, 2006.

MANTOAM, M. T.(org). **O desafio das diferenças nas escolas**. Petrópolis: Vozes, 2008.

MENDES, E. Colaboração entre ensino regular e especial: o caminho do desenvolvimento pessoal para a inclusão escolar. In: MANZINI, E. J. **Inclusão e acessibilidade**. Marília, 2006a.p. 29-41.

MONTE, F. R. F.; SANTOS, I. D.; **Saberes e prática da inclusão: dificuldades acentuadas de aprendizagem: deficiência múltiplas**. Reimpressão – Brasília: MEC, 2004.

TEZZARI, M. L. **Sala de integração e recursos e a inclusão na rede municipal de ensino em Porto Alegre**. 2002. 182f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2002.

